

Interessado	Conselho Municipal de Educação - CME	
Assunto	Orientação para a elaboração de documento sobre as aprendizagens nas adolescências, considerando a progressão das aprendizagens, a diversidade das adolescências e os desafios educacionais presentes nos anos finais do ensino fundamental	
RELATORIA <i>Comissão Temporária</i>	Maria Sílvia Bacila, Carmen Lucia Bueno Valle, Cristina Margareth de Souza Cordeiro, Karen Martins de Andrade e Guiomar Namó de Mello	
<b>RECOMENDAÇÃO CME nº 01/2026</b>	Aprovada em Sessão Plenária de 16/03/2026	Publicado no DOC de 20/03/2026, páginas 31 a 33, Atos do Executivo nº 1965514

01	<b>O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e</b>
02	<b>Considerando</b> o disposto na Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação
03	como direito de todos e dever do Estado e da família, com a finalidade de promover o
04	pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua
05	qualificação para o trabalho;
06	<b>Considerando</b> a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da
07	Educação Nacional, que define a educação escolar como processo formativo que se
08	desenvolve em diferentes espaços sociais e culturais e que deve garantir o acesso ao
09	conhecimento sistematizado;
10	<b>Considerando</b> o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de
11	1990, que assegura às crianças e aos adolescentes a condição de sujeitos de direitos e
12	estabelece a responsabilidade compartilhada entre Estado, família e sociedade na
13	garantia da proteção integral;
14	<b>Considerando</b> as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação e do Plano
15	Municipal de Educação, que reafirmam a necessidade de garantir equidade,
16	permanência e aprendizagem significativa para todos os estudantes da educação básica;
17	<b>Considerando</b> a Recomendação CME nº 02/2025, que trata da transição escolar com
18	progressão das aprendizagens nas adolescências;

## RECOMENDAÇÃO CME nº 01/2026

19	<b>Considerando</b> a Recomendação CME nº 04/2025, que trata da transição entre os anos
20	iniciais e finais do ensino fundamental;
21	<b>Considerando</b> os documentos produzidos pelo Ministério da Educação no âmbito da
22	política nacional Escola das Adolescências, entre os quais se destacam o Guia de apoio
23	às transições e alocações de matrículas (MEC, 2024) e o Relatório Nacional da Semana
24	de Escuta das Adolescências (MEC, CONSED, UNDIME e UNICEF, 2024);
25	<b>Considerando</b> os estudos, pesquisas e análises desenvolvidos pela Comissão instituída
26	pela Portaria CME nº 01, de 6 de agosto de 2025;
27	<b>Considerando</b> a necessidade de fortalecer práticas pedagógicas, curriculares e
28	institucionais que respondam aos desafios educacionais presentes nos anos finais do
29	ensino fundamental;
30	<b>Considerando</b> que as desigualdades sociais e as diferentes formas de violência impactam
31	diretamente a permanência e o sucesso escolar de adolescentes;
32	<b>Recomenda:</b>
33	A presente recomendação tem por objetivo contribuir para a elaboração, pela Secretaria
34	Municipal de Educação, de documento orientador voltado às aprendizagens nas
35	adolescências, considerando os desafios educacionais presentes nos anos finais do
36	ensino fundamental e as especificidades desse período do desenvolvimento humano.
37	Os estudos analisados pela comissão indicam que a adolescência não constitui uma etapa
38	homogênea ou universal do desenvolvimento humano. Trata-se de uma construção
39	histórica e social que assume diferentes formas conforme o contexto cultural, as
40	condições de vida e as trajetórias sociais dos sujeitos (OZELLA, 2003).
41	A literatura contemporânea demonstra que a adolescência não é uma fase natural e
42	universalmente definida, mas um fenômeno socialmente construído. Schoen-Ferreira,
43	Aznar-Farias e Silva (2010) demonstram que, ao longo de grande parte da história, não
44	existia um período socialmente reconhecido entre a infância e a vida adulta. Em
45	diferentes sociedades, crianças e jovens eram inseridos precocemente nas
46	responsabilidades do mundo adulto, sem um período específico destinado à formação
47	prolongada.
48	Essa compreensão tem sido incorporada nas políticas educacionais contemporâneas,
49	especialmente na política nacional Escola das Adolescências, que reconhece a existência

## RECOMENDAÇÃO CME nº 01/2026

50	de múltiplas adolescências, marcadas por desigualdades sociais, raciais, territoriais e
51	culturais.
52	O Relatório Nacional da Semana de Escuta das Adolescências evidencia que os próprios
53	estudantes reconhecem essas diferenças e expressam expectativas diversas em relação
54	à escola. Entre os aspectos mais valorizados pelos adolescentes, destacam-se o
55	acolhimento, o reconhecimento de suas identidades, o sentido das aprendizagens e a
56	qualidade das relações estabelecidas no ambiente escolar.
57	Nesse contexto, torna-se fundamental compreender a escola como espaço de
58	socialização juvenil e de construção de identidades. Conforme argumenta Dayrell (2007),
59	a escola constitui um espaço central de experiências sociais para os jovens, no qual se
60	constroem vínculos, pertencimentos e sentidos para a experiência escolar. O cotidiano
61	escolar revela-se um espaço complexo de interações no qual os estudantes elaboram
62	formas próprias de participação e expressão cultural.
63	Essa perspectiva dialoga com as contribuições de François Dubet (1994; 2003), que
64	compreende a experiência escolar como resultado da articulação entre diferentes
65	dimensões da vida social, inclusive, a familiar. Para o autor, os estudantes vivenciam
66	simultaneamente a integração institucional, as estratégias individuais e a construção de
67	suas identidades. A relação dos jovens com a escola depende, portanto, da forma como
68	essas dimensões se articulam em suas trajetórias educativas.
69	Bernard Charlot (2000) acrescenta a essa análise a noção de relação com o saber. Para o
70	autor, aprender significa estabelecer relações de sentido com o conhecimento, com a
71	escola e com o próprio projeto de vida. A aprendizagem, para além da aquisição de
72	conteúdos, envolve dimensões cognitivas, sociais e identitárias que influenciam o modo
73	como os estudantes se relacionam com o processo educativo.
74	Nessa perspectiva, garantir o direito à educação implica assegurar aos estudantes o
75	acesso ao conhecimento socialmente produzido. Michael Young (2008) destaca que o
76	currículo escolar deve garantir a todos os estudantes o acesso ao que denomina
77	conhecimento poderoso, entendido como o conhecimento sistematizado que permite
78	compreender a realidade para além das experiências imediatas. Para o autor, negar aos
79	estudantes esse acesso significa reproduzir desigualdades sociais, enquanto garantir esse
80	direito constitui condição fundamental para a justiça educacional.
81	A perspectiva do direito ao acesso ao conhecimento sistematizado também dialoga com
82	as análises de Michael Apple (2006), que compreende o currículo como um campo de
83	disputas sociais e culturais no qual se define quais conhecimentos são considerados

## RECOMENDAÇÃO CME nº 01/2026

84 legítimos e dignos de serem ensinados na escola. Para o autor, o currículo não é neutro,  
85 mas expressa relações de poder e processos históricos de seleção cultural. Nesse sentido,  
86 a organização curricular deve ser permanentemente analisada à luz dos princípios de  
87 justiça social e democratização do conhecimento, de modo a garantir que todos os  
88 estudantes tenham acesso aos saberes que ampliam suas possibilidades de participação  
89 social, compreensão da realidade e exercício da cidadania.

90 Complementarmente, Tomaz Tadeu da Silva (2010) reforça essa compreensão ao afirmar  
91 que o currículo é também uma prática de significação e produção de identidades, por  
92 meio da qual se selecionam, organizam e legitimam determinados saberes, valores e  
93 visões de mundo. Nessa perspectiva, discutir o currículo implica reconhecer que ele não  
94 apenas transmite conhecimentos, mas também participa da constituição dos sujeitos e  
95 das formas pelas quais compreendem a si mesmos, os outros e a realidade social.

96 À luz dessas contribuições teóricas, ensinar e aprender nas adolescências implica  
97 oferecer acesso qualificado ao conhecimento científico, cultural e artístico, por meio de  
98 práticas pedagógicas intencionais e metodologias que favoreçam o desenvolvimento  
99 intelectual, social e do pensamento crítico dos estudantes. Nesse processo, a linguagem  
100 constitui dimensão central das relações sociais e da construção de sentidos, uma vez que  
101 está presente em todas as formas de atividade humana e permite compreender as  
102 interações entre indivíduo e sociedade, bem como as posições e disputas presentes nos  
103 discursos e nas práticas sociais (TRAVERSO-YÉPEZ, 1999).

104 Entretanto, estudos como o de Cunha et al. (2020) apontam que, nos anos finais do  
105 ensino fundamental, dificuldades de aprendizagem e permanência podem estar  
106 relacionadas à fragmentação curricular, perda de sentido das aprendizagens e fragilidade  
107 dos vínculos estabelecidos entre estudantes e escola. De modo complementar, Leite et  
108 al. (2016) assinalam que o sentido atribuído à escola pelos adolescentes se constrói nas  
109 vivências cotidianas, especialmente nas possibilidades de reconhecimento, convivência  
110 e projeção de futuro que ela oferece.

111 Além disso, conforme assinala UNICEF (s.d.), diferentes formas de violência e violação de  
112 direitos constituem fatores estruturais que impactam diretamente o desenvolvimento, a  
113 aprendizagem e a permanência escolar dos adolescentes. Entre essas situações, a  
114 gravidez na adolescência e o casamento infantil se destacam por incidir de maneira  
115 particularmente severa sobre as trajetórias escolares, sobretudo de meninas em  
116 contextos de vulnerabilidade social, ao ampliarem barreiras para a continuidade dos  
117 estudos e aprofundarem desigualdades de gênero. Nessa direção, Cardoso et al. (2022)  
118 evidenciam que o casamento infantil está associado à ausência de vínculo escolar,

## RECOMENDAÇÃO CME nº 01/2026

119 reforçando a estreita relação entre exclusão educacional, desigualdades sociais e  
120 restrição de direitos.

121 Nesse cenário, a escola assume papel estratégico na identificação, prevenção e  
122 enfrentamento dessas situações, constituindo-se como espaço fundamental de proteção  
123 social, convivência democrática e garantia de direitos. Ao mesmo tempo, é necessário  
124 reafirmar a função pedagógica da escola como instituição responsável por assegurar o  
125 acesso ao conhecimento e por promover o desenvolvimento integral dos estudantes.

### 126 **Conclusão**

127 Diante do exposto, o Conselho Municipal de Educação recomenda à Secretaria Municipal  
128 de Educação:

129 I. elaborar documento orientador e materiais pedagógicos específicos voltados às  
130 aprendizagens nas adolescências, em consonância com as Recomendações CME nº  
131 02/2025 e 04/2025, com os referenciais do Programa Escola das Adolescências do  
132 Ministério da Educação e com os estudos acadêmicos que fundamentam esta etapa do  
133 desenvolvimento humano.

134 II. promover a reorganização curricular e pedagógica dos anos finais do ensino  
135 fundamental, garantindo progressão das aprendizagens e acesso ao conhecimento  
136 científico, cultural e artístico;

137 III. incentivar práticas pedagógicas que valorizem o protagonismo juvenil, a investigação,  
138 o trabalho por projetos e a produção cultural dos estudantes;

139 IV. fortalecer práticas avaliativas formativas voltadas ao acompanhamento contínuo das  
140 aprendizagens e à recomposição das aprendizagens;

141 V. desenvolver estratégias institucionais de acolhimento e escuta dos estudantes,  
142 especialmente nos momentos de transição escolar;

143 VI. promover ações voltadas à construção de um clima escolar baseado no respeito, na  
144 convivência democrática e na prevenção de todas as formas de violência;

145 VII. fortalecer a articulação entre escola, famílias, comunidade e políticas públicas  
146 voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes;

147 VIII. promover ações formativas destinadas às equipes escolares voltadas à compreensão  
148 das adolescências e ao desenvolvimento de práticas pedagógicas adequadas a essa etapa  
149 da educação básica;

150 IX. elaborar materiais pedagógicos e orientadores que apoiem as unidades educacionais  
151 na implementação dessas diretrizes.

### 152 **REFERÊNCIAS**

153 APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

## RECOMENDAÇÃO CME nº 01/2026

154	BRASIL. <i>Constituição da República Federativa do Brasil de 1988</i> . Brasília: Senado Federal,
155	1988.
156	BRASIL. <i>Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990</i> . Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do
157	Adolescente. Brasília: Presidência da República, 1990.
158	BRASIL. <i>Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996</i> . Estabelece as diretrizes e bases da
159	educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.
160	CARDOSO, Andressa Souza; VALÉRIO, Inaê Dutra; RAMOS, Camila Irigónhé; MACHADO,
161	Karla Pereira. Casamento infantil no Brasil: uma análise da Pesquisa Nacional de Saúde.
162	<i>Ciência &amp; Saúde Coletiva</i> , 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022272.41692020.
163	CHARLOT, Bernard. <i>Da relação com o saber: elementos para uma teoria</i> . Porto Alegre:
164	Artmed, 2000.
165	CUNHA, Rosário Serrão; RIBEIRO, Luísa Mota; SEQUEIRA, Cristiana; BARROS, Rita de
166	Almeida; CABRAL, Leonor; DIAS, Teresa Silva. O que facilita e dificulta a aprendizagem?
167	A perspectiva de adolescentes. <i>Psicologia em Estudo</i> , v. 25, 2020, e46414. DOI:
168	10.4025/psicoestud.v25i0.46414.
169	DAYRELL, Juarez Tarcisio. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da
170	socialização juvenil. <i>Educação &amp; Sociedade</i> , Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105–1128, 2007.
171	DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos
172	de desenvolvimento humano. <i>Paidéia</i> , Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21–32, 2007.
173	DUBET, François. <i>Sociologia da experiência</i> . Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
174	DUBET, François. <i>O declínio da instituição</i> . Porto Alegre: Artmed, 2003.
175	HALL, Stuart. <i>A identidade cultural na pós-modernidade</i> . Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
176	LEITE, Fernanda Moreira; PESSOA, Manuella Castelo Branco; SANTOS, Denise Pereira
177	dos; ROCHA, Gabriela Fernandes; ALBERTO, Maria de Fatima Pereira. O sentido da
178	escola: concepções de estudantes adolescentes. <i>Psicologia Escolar e Educacional</i> , v. 20,
179	n. 2, 2016. DOI: 10.1590/2175-353920150202983.
180	MEC. <i>Guia de apoio às transições e alocações de matrículas</i> . Brasília: Ministério da
181	Educação, 2024.
182	MEC; CONSED; UNDIME; UNICEF. <i>Relatório nacional da Semana de Escuta das</i>
183	<i>Adolescências</i> . Brasília: MEC, 2024.
184	OZELLA, Sergio (org.). <i>Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica</i> .
185	São Paulo: Cortez, 2003.
186	SACRISTÁN, José Gimeno. <i>O currículo: uma reflexão sobre a prática</i> . 3. ed. Porto Alegre:
187	ArtMed, 2000.
188	SACRISTÁN, José Gimeno (org.). <i>Saberes e incertezas sobre o currículo</i> . Porto Alegre:
189	Penso, 2013.
190	SCHOEN-FERREIRA, Tania; AZNAR-FARIAS, Maria; SILVA, Maria Lúcia. Adolescência
191	através dos séculos. <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i> , Brasília, v. 26, n. 2, p. 227–234, 2010.
192	SILVA, Tomaz Tadeu da. <i>Documentos de identidade: uma introdução às teorias do</i>
193	<i>currículo</i> . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

## RECOMENDAÇÃO CME nº 01/2026

- 194 TRAVERSO-YÉPEZ, Martha. Os discursos e a dimensão simbólica: uma forma de  
195 abordagem à psicologia social. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 4, n. 1, p. 39–59, 1999.
- 196 UNICEF. Violência contra crianças e adolescentes está amplamente disseminada e afeta  
197 milhões em todo o mundo. [S.l.]: UNICEF, [s.d.]. Disponível em:  
198 <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-esta-amplamente-disseminada-e-e-afeta-milhoes-em-todo-o-mundo>.  
199 [adolescentes-esta-amplamente-disseminada-e-e-afeta-milhoes-em-todo-o-mundo](https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-esta-amplamente-disseminada-e-e-afeta-milhoes-em-todo-o-mundo).  
200 Acesso em: 15 mar. 2026.
- 201 YOUNG, Michael. *Bringing knowledge back in: from social constructivism to social realism*  
202 *in the sociology of education*. London: Routledge, 2008.

### 211 **DELIBERAÇÃO DA PLENÁRIA**

212 O Conselho Municipal de Educação, aprova a presente Recomendação.

213 São Paulo, 16 de março de 2026

214 **Sueli Aparecida de Paula Mondini**

215 Presidente do Conselho Municipal de Educação - CME